MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.18518

Racismos e antirracismos nas/para as Relações Internacionais

Racism and anti-racism in/for International Relations

Racismo y antirracismo en/para las Relaciones Internacionales

Luciano Rodrigues Castro
Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás (UFG),Goiânia-GO, Brasil
E-mail: lucianocastro@discente.ufg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9575-0813

Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Professor de Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, Brasil
E-mail: bittencourtrafael@ufg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0598-8823

INTRODUÇÃO

Hoje, é possível dizer, a raça é entendida como uma categoria de análise fundamental para as Relações Internacionais (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2014; ZVOGBO; LOKEN, 2023). Enquanto forma de constituir uma divisão nas relações de poder, a raça foi a categoria mobilizada para construir políticas racistas que ajudaram a construir a ordem global como a conhecemos hoje. Se em grande parte da literatura esta categoria foi ignorada, isto é menos uma evidência de sua irrelevância e mais uma evidência de como ela se constituiu enquanto um fundamento de uma ordem liderada por povos brancos. Estes grupos dominantes não se racializam – ou melhor, se racializam enquanto humanos, diferentemente de outros povos que são racializados pelos povos dominantes a partir deste referencial branco plenamente humano, sendo estes outros constituídos enquanto sub-humanos, menos humanos ou quase humanos (DU BOIS 1903; VITALIS, 2018).

Não é possível dizer que este momento colonial e racista da história das Relações Internacionais ficou no passado colonial porque o passado colonial ainda é presente. De fato, as desigualdades que podemos observar no âmbito internacional possuem raízes numa ideia de anarquia que separou povos do Sul e do Norte, tendo os últimos explorado os primeiros a partir do entendimento de que o estado de natureza que os caracterizava significava a possibilidade de explorar colonialmente aquele povo (SANTOS FILHO, 2019). No momento em que este dossiê está sendo concluído, o povo de Kanaky está lutando pela sua independência da França, que os coloniza desde o século XIX, chamando o território de Nova Caledônia. Na Palestina, observa-se em tempo real a violência do projeto israelense de colonialismo, genocídio e apartheid contra as pessoas em Gaza e na Cisjordânia. Além disso, países que já conquistaram sua independência política seguem submetidos a diversas práticas neocoloniais de subordinação às potências ocidentais, como pode ser observado na manutenção do Franco CFA em diversos países africanos, assim como nos lembram os vários autores que se dedicaram nas últimas décadas a estudar as relações de dependência entre centro e periferia do sistema-mundo capitalista. Ainda que parte destas questões tenham sido estudadas sem trazer a dimensão racial como componente a ser observado, é perfeitamente possível pensar que este componente existe e aprofunda a desigualdade tanto nas relações entre pessoas quanto na relação entre coletividades estatais e não-estatais.

Mesmo em países ditos desenvolvidos, os povos originários lutam por terra e por respeito aos seus modos de vida, como em Aotearoa (Nova Zelândia), Moana Nui (Havaí, Estados Unidos) ou Mi'kma'ki (Leste do Canadá). Além disso, negros nos Estados Unidos, ao invés

CC BY NC SA

de observarem a superação do racismo e da discriminação após a eleição de Barack Obama, continuaram sofrendo com a violência policial, que inclusive gerou novos movimentos como o Black Lives Matter (FRANCISCO, 2017). Na América Latina, os dois séculos de independências não parecem ter sido suficientes para a superação das divisões raciais de trabalho que marcaram nossa inserção no sistema capitalista enquanto colônias que forneciam produtos primários de baixo valor agregado e mão-de-obra de baixíssimo custo, ao ponto de transformar seres humanos em produtos a serem comercializados na condição de pessoas escravizadas.

No Reino Unido e nos vários países da União Europeia, as melhores condições econômicas construídas a partir do subdesenvolvimento de outros territórios geram nas últimas décadas um movimento migratório de pessoas que, ao chegar no subcontinente europeu, se percebem indesejadas, sofrendo grandemente com a xenofobia e o racismo daqueles que as veem como ameaça. A ascensão de governos de extrema-direita que mobilizam um sentimento de medo contra este Outro reforçam a crescente importância de se falar sobre questões raciais em praticamente todo o globo, sobretudo em contextos de graves ameaças aos direitos humanos, como na Índia de Modi ou no Brasil "terrivelmente cristão" de Bolsonaro (MONTE; HERNANDEZ, 2022).

É neste contexto que surge este dossiê, intitulado "Racismos e antirracismos nas/para as Relações Internacionais". A proposta feita sugere como objeto de análise tanto o campo de estudo quanto as relações raciais globais que podem ser observadas no cenário internacional contemporâneo. Vale situar que este dossiê não é o único recentemente dedicado ao estudo de questões raciais nas RI, tendo havido outro publicado na International Affairs em 2022. Organizado por Jasmine K. Gani e Jenna Marshall, o dossiê intitulado *Race and imperialism in International Relations: Theory and Practice* foi responsável por celebrar os 100 anos do periódico, mas não deixou de apontar o legado de sustentação de trabalhos publicados que se baseavam em suposições e inaceitáveis sobre a política mundial (GANI; MARSHALL, 2022).

Por aqui, a publicação deste dossiê na Monções coincide com o aniversário de 50 anos da criação do primeiro curso de Relações Internacionais do Brasil, fundado em 1974 na Universidade de Brasília (UnB), o que nos leva a provocar: como se deram os estudos sobre relações raciais nas RI no Brasil ao longo destes cinquenta anos? É evidente que a maior parte deste período foi marcada por uma ausência da questão racial nos debates sobre política externa e política internacional no país. Entretanto, mudanças políticas, econômicas e sociais nas últimas duas décadas promoveram uma nova cena, com uma presença maior de docentes e discentes negros nas RI.

Primeiro, vale ressaltar a criação das leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 que obrigam o estudo da história, cultura e resistências negras e indígenas nos estabelecimentos de ensino brasileiros. Segundo, a criação da lei 12.711 de 2012 mudou a demografia dos alunos de RI nas universidades federais, uma vez que passou a garantir que 50% de todas as vagas de graduação fossem reservadas para candidatos de baixa renda, sendo respeitada a proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade federativa em que se encontra a universidade. Esta lei foi alterada pela nova lei 14.723 de 2023 e, entre outras mudanças, agora alcança também a pós-graduação. Já a lei 12.990 de 2014 obrigou que fossem reservadas 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para candidatos negros, o que afeta diretamente as universidades federais.

Os resultados destas leis, entretanto, são muito diferentes entre si, sendo a lei de cotas para alunos mais bem sucedida do que para professores. Os alunos negros eram 17% do total de alunos em universidades federais em 2009 e passaram a ser 48,9% dos ingressantes em 2019 (SILVA; MINHOTO, 2024). Já no caso dos professores, somente 0,53% das vagas de professor de magistério superior reservadas para negros foram ocupadas por professores negros (OLIVEIRA; SANTOS; SANTOS, 2024). Há um debate atualmente em curso para uma nova lei que tem como desafio não só ampliar a reserva de vagas, mas garantir que elas sejam efetivamente destinadas a candidatos negros, indígenas e quilombolas.

Além destas leis que alcançam todas as áreas do conhecimento, destacamos também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Relações Internacionais, que no Art 2º, § 1º, XI insta a incorporação transversalizada da Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos Projetos Pedagógicos. Estas normativas inspiraram o Coletivo Negro de Relações Internacionais – criado em 2021 por um grupo de docentes e discentes negras e negros de todo o Brasil - a requerer a criação de uma área temática na Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) dedicada ao tema, tendo sido aprovada em 2023 e atualmente intitulada AT Raça e Antirracismos nas Relações Internacionais.

RACISMOS E ANTIRRACISMOS NO CAMPO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais surge, no começo do século XX, com o propósito de compreender os acontecimentos de um mundo crescentemente entrelaçado. Seus inícios e seus desdobramentos (até a contemporaneidade) são marcados pelas prevalências epistêmi-

cas do Norte Global e pela centralidade do Estado como instituição-chave a partir da qual se estruturam análises, inclusive no Brasil, que por muito tempo ignorou o estudo das relações raciais enquanto relações internacionais (JESUS, 2019).

Apesar das citadas prevalências, diversos questionamentos às visões teóricas dominantes têm emergido nas últimas décadas, favorecendo a construção de saberes antirracistas e a valorização de outras epistemologias. Estudos como os de Charles Mills (1997) têm enfatizado os pressupostos racistas de muitos dos clássicos da filosofia política que embasaram a constituição disciplinar de RI. Autores como Errol Henderson (2013) e Robbie Shilliam (2015) destacam o enraizamento da disciplina em lógicas e práticas colonialistas racializantes. Outros, como Debra Thompson (2013), têm proposto dimensionar raça como um processo transnacional. Diante disto, as Relações Internacionais, enquanto campo de conhecimento, têm sido conclamadas não apenas a pensar seus pressupostos, mas a fazer seu conhecimento avançar em direções que desafiem as raízes de suas tradições positivistas e racionalistas.

A diversificação disciplinar em Relações Internacionais, originada em diálogo com os novos contextos históricos do fim do século XX, esteve longe de ser um processo homogêneo. Abrangeu, por um lado, complexificações de tradicionais correntes de pensamentos, como aquelas do chamado debate neo-neo; assistiu à emergência dos construtivismos como alternativa interpretativa para objetos clássicos da disciplina, como o Estado ou a guerra; abriu espaço, por fim, para uma miríade de abordagens reflexivistas (JACKSON, 2016) - interessadas em produzir saberes a partir de orientações que afirmassem a ligação entre produtores de conhecimento e aquilo que procura-se conhecer -, viabilizando debates e saberes produzidos a partir de perspectivas tão diversas como os feminismos, teoria crítica de raça, teorizações queer/cuir e estudos pós/decoloniais, para mencionar apenas algumas.

Questões relativas aos racismos em Relações Internacionais demandam, deve-se deixar claro, não apenas uma nova perspectiva interpretativa. Embora outros compromissos ontológicos (JACKSON, 2016) tragam a reflexão para diferentes domínios, é também no plano da práxis que a teorização e a pesquisa encontram o esforço de encaminharem-se para as fronteiras (MIGNOLO,2003), incorporando formas não acadêmicas de saber que sejam, elas próprias, capazes de redimensionar o espaço universitário. Como afirma Eric Rodrigues neste dossiê:

> (...) deve-se ambicionar não somente a inserção de epistemologias outras nessa estrutura hierárquica, mas também operacionalizar meios de ascensão desses conhecimentos – que outrora foram relegados a posições secundárias, invalidados e mesmo desqualificados – para esferas superiores dentro da hierarquia de saberes. Somente assim vislumbra-se a possibilidade de seus despontamento e circulação de forma

> livre por diversas produções sem o cerceamento geopolítico que oprime as elaborações científicas situadas fora da bolha ocidental/europeia (Rodrigues, 2024)

A partir desta perspectiva, como dimensionar as contribuições brasileiras para os crescentes questionamentos em torno dos racismos em Relações Internacionais? Se o processo contemporâneo de diversificação disciplinar tem início em contextos estrangeiros e a partir de dinâmicas não brasileiras, é importante enfatizar não apenas a pujança desses questionamentos em território nacional, mas também sua proeminência dentro de uma nova forma já estabelecida de conceber a disciplina e sua prática (LOPES; LOPES, 2022)

Por um lado, os questionamentos têm despertado a abertura de novas frentes de pesquisa e gerado frutíferos resultados acadêmicos. De outro, frente às profícuas formulações intelectuais brasileiras, parecemos conclamados a nos valermos da riqueza legada pelos intelectuais e ativistas negros brasileiros e oferecermos nossas próprias contribuições ao debate internacional em curso. O pensamento negro brasileiro sobre as experiências internacionais – especialmente aquelas concernentes ao Brasil – oferece contribuições que antecedem a emergência contemporânea de questionamentos reflexivistas no Norte Global. Se o esforço teórico é irremediavelmente praxiológico e enraizado contextualmente, é preciso destacar que os contextos variam e coexistem. O século XX tem sido representado, tradicionalmente, como aquele da ameaça nuclear e da bipolaridade, mas foi também o século do Apartheid Sul-Africano – experiência que hegemonizou o debate sobre raças e racismos internacionalmente até, pelo menos, 1994. Foi o século das lutas anticoloniais no continente africano, por meio das quais uma miríade de experiências e pensamentos aglutinou-se sob a práxis dos Pan-Africanismos – sempre no plural, uma vez que possuem ampla variedade no tempo e espaço (RABAKA, 2020). Fora do projeto da História, com a imperial letra maiúscula, experiências plurais convivem, silenciadas pelo esforço hegemônico da universalização. Recuperá-las, certamente, guarda imenso potencial para continuar redimensionando as Relações Internacionais - sincrônica e diacronicamente - a partir das experiências de racialização, racismos e antirracismos.

FORA DO CENTRO HÁ RI: CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERDISCIPLINARIDADE E DESCENTRAMENTO DOS ESTUDOS DE RAÇA E ANTIRRACISMOS NAS RI

Redimensionar o campo de Relações Internacionais fora dos tradicionais centros requer um movimento amplo. É preciso, certamente, repensar práticas de produção de conhecimen-

to: quais novas epistemes, métodos e registros ontológicos se tornam possíveis de considerar? Como estes passam a se relacionar diferencialmente não apenas entre si, mas com outras formas de saber que precisam, necessariamente, ser colocadas em centralidade no diálogo? Como este diálogo é capaz de redimensionar as universidades sem, ao mesmo tempo, cooptar e desmobilizar o potencial disruptivo de formas outras de saber?

Mais do que isso, contudo, é necessário um deslocamento que vá além da reterritorialização do conhecimento. Outras leituras sobre o passado, capazes de questionar os silêncios estabelecidos pelos mitos de origem e desenvolvimento teórico do campo, são significativas, mas ainda assim incompletas. Quais outras formas de experimentar e formular o tempo são capazes de informar o projeto das Relações Internacionais, enquanto prática política e campo de conhecimento?

Observemos, no caso brasileiro, exemplos de autores que estão sendo recuperados pela academia em tempos recentes. No Brasil da segunda metade do século XX, em diálogo com as lutas internacionais anticoloniais e os movimentos anti-Apartheid, uma série de coalizões políticas e intelectuais aqui emergiu e mostrou-se fonte de saberes ainda hoje atual. Como esquecer, por um lado, as imprescindíveis críticas de Abdias do Nascimento (2016) à atuação do Ministério das Relações Exteriores durante o período ditatorial no plano internacional, no que possui de denúncia do mito da democracia racial e de aliança com os Pan-Africanismos? Como esquecer as contribuições de Lélia González (1988), especialmente a partir de seu conceito de Amefricanidade, que oferece ricas contribuições para redimensionar o lugar do Brasil no mundo a partir das experiências de grupos subalternizados como as mulheres negras?

Se estas foram contribuições relevantes e que apenas agora começam a ser incorporadas ao pensamento e ensino em Relações Internacionais brasileiros, há gigantesco potencial de diálogo com contribuições vindas de territórios transversalizados não apenas por outras temporalidades mas, igualmente, por outras formas de conceber o tempo. Como esquecer, por exemplo, as críticas de Nego Bispo (SANTOS, 2018) ao *pensamento sintético* das universidades ocidentais/ocidentalizadas, pautado pela lógica linear? Como ignorar o potencial de crítica e disrupção de sua leitura - de enraizamento quilombola, ressalte-se - acerca do Brasil enquanto projeto político para a política internacional e para o campo de estudos das Relações Internacionais? Aceitar esta provocação de Nego Bispo é também entender que há uma necessidade de abrir-se a outras formas de transmissão do conhecimento, como é a oralidade para os quilombolas (LIMA, 2022).

Este olhar para além da centralidade na própria disciplina de RI permite perceber como há várias contribuições possíveis para produzir um pensamento sobre questões raciais nas RI a par-

tir do Brasil, considerando os múltiplos atravessamentos de intelectuais e militantes históricos, com destaque para o Movimento Negro Unificado. Por outro lado, é também possível identificar dentro das RI no Brasil contribuições de diversos autores, sobretudo negros, que há anos estão se engajando para promover, cada um à sua maneira, uma agenda que lide com fenômenos internacionais relevantes sobretudo para africanos no continente e na diáspora. Alguns destes pesquisadores têm se voltado para as relações internacionais do continente africano (ANDRADE, 2019; OTAVIO; AXELROD, 2022), para os olhares eurocêntricos contra África (MATOS; TEIXEIRA, 2022), para os estudos de política externa a partir de uma perspectiva antirracista (DIALLO, 2021); outros chamam a atenção para as gnoses africanas como formas inovadoras de pensar filosoficamente a realidade social (LOPES, 2018; BORGES E DIALLO, 2020; MALOMALO, 2024) e outros se engajam com um estudo das diásporas nas suas conexões com África e com outros povos que historicamente foram vítimas do colonialismo (MENEZES, LIMA E BOY, 2021).

Passado e presente em mente, esta edição especial é fruto de uma convocação por trabalhos teóricos e empíricos que se dediquem a refletir sobre o fenômeno das relações globais/internacionais - a partir de perspectivas interdisciplinares, interseccionais e pós/decoloniais -, em suas relações com a raça, os processos de racialização e os fenômenos de racismo, tomando-os como eixo constitutivo do ambiente internacional.

O resultado foi uma seleção de onze artigos que exploram de diferentes formas o pensamento sobre questões raciais de Relações Internacionais. Esta seleção nos permite perceber a vastidão de possibilidades que se abre numa agenda de pesquisa engajada, mas que nem de longe dá conta de esgotar as múltiplas formas de trabalhar com questões raciais, conforme podemos ver nos debates mais recentes do nosso campo sobre o tema (BARBOSA, 2016; OLIVEIRA, 2019; VARGAS; CASTRO, 2020; SILVA, 2021; LOPES; LOPES, 2022; SANTOS, 2023)[1].

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos foram agrupados a partir da forma como eles se engajam na discussão sobre raça nas RI e seus desdobramentos nos estudos dos racismos e antirracismos. O primeiro grupo se conecta com os estudos sobre os liberalismos e a ordem liberal global, evidenciando como a ideia de liberdade a partir desta perspectiva foi historicamente recortada para não contemplar os povos racializados como sendo de raças inferiores.

1 É importante, quando falamos sobre questões de raça e racismo, não somente reconhecer a relevância do tema, mas também reconhecer a existência e relevância de autores negros. Neste sentido, destacamos que os textos citados para situar este debate são todos de autores e autoras negros brasileiros.

Os dois primeiros trabalhos deste primeiro grupo tecem críticas a perspectivas liberais, evidenciando suas limitações e contradições. O artigo em inglês “Inscritos no Liberalismo: racismo nas Relações Internacionais e a abolição da escravidão no Brasil” de Gustavo Alvim de Góes Bezerra, argumenta que a possibilidade de tratar a institucionalização do campo de conhecimento das Relações Internacionais e a abolição da escravidão no Brasil de forma relacionada amplia a possibilidade de crítica às premissas racistas do liberalismo, um motor ideológico poderoso para ambos os acontecimentos. Ao trazer a raça à análise, o autor evidencia como o liberalismo é usado de forma sofisticada ao desenvolver condições para discriminar um setor da população disfarçando isso de garantia da cidadania para um grupo de pessoas previamente escravizadas.

Por sua vez, o artigo “Doyle e os dilemas: sobre o retorno ao colonialismo em uma paz de via-média” de Nycolas Candido, argumenta que que o pensamento de Michael Doyle sobre a paz liberal depende de um retorno pragmático ao colonialismo ao deslegitimar experiências não-brancas para afastar questionamentos sobre a Paz Liberal como única alternativa adequada à realidade internacional. Ao trazer a raça à análise, ele mostra como posições analíticas aparentemente moderadas abrem caminho para versões de si mesmas mais extremas.

A segunda parte deste grupo mantém este tom de crítica, mas também sugerem o movimento epistêmico de atenção a epistemes negras como caminho para pensar alternativas possíveis ou já existentes. Ao discutir a atual agenda global de desenvolvimento, o artigo “Como centralizar raça e racismo nas RI à luz do debate sobre a Agenda 2030?”, de Thiago Gehre Galvão, Maria Victória Venâncio Romero e Natalia Mendonça Gonçalves, argumenta que a falta de representatividade racial na Agenda 2030 limita seu potencial e gera dissonâncias na sua efetividade como uma agenda global, ilustrando sobre o papel da filosofia Ubuntu como uma perspectiva racializada alternativa. Ao trazer a raça à análise, eles mostram a possibilidade de se repensar diretrizes normativas de desenvolvimento a nível global.

Voltando-se para o contexto histórico das revoluções liberais, o artigo “Republicanismo e a Revolução Haitiana”, de Kelly Cristine Oliveira Meira, argumenta que a Revolução Haitiana se destaca em comparação com as Revoluções Estadunidense e Francesa no que diz respeito à liberdade, assumindo uma maior radicalidade que não se limita a uma humanidade restrita a homens brancos e ricos. Ao trazer a raça para a análise, a autora realiza um estudo sobre a liberdade, valor que é assumido com maior radicalidade quando a revolução é feita pelas próprias pessoas que estão sendo escravizadas.

Já o artigo “Tradição Africana *versus* Neoliberalismo: contraste entre duas lógicas de sujeito e de sistema financeiro distintas a partir do estudo da Likelemba”, de Lúcia Bueno e

Bas'Ilele Malomalo, argumenta que não só é possível pensar tecnologias sociais e econômicas emancipatórias a partir de epistemologias africanas, como ainda é possível observar isto empiricamente através de práticas como as balikelemba. Ao trazer a tradição africana com uma lógica de sujeito e de sistema financeiro antagônica à lógica do neoliberalismo, Bueno e Malomalo reforçam a importância de buscar alternativas ao colonialismo que permitam desflocloriza as representações de África que a colocam como hostil à intelectualidade, às inovações e à prosperidade.

Estes cinco trabalhos trazem uma relevante contribuição no combate à amnésia estrutural das Relações Internacionais, evidenciando como a falta de discussão sobre questões raciais na verdade é parte de um projeto hegemônico que se aproveita deste silenciamento para sustentar as contradições raciais construídas nos últimos séculos.

O segundo grupo de artigos que compõem este dossiê se conectam ao observar o que significa falar sobre raça. Se todos os trabalhos concordam que raça não é um conceito mobilizado de um ponto de vista biológico, por outro lado eles mobilizaram diversas articulações teóricas e empíricas para se engajar com seus múltiplos possíveis significados sociais. Estes quatro trabalhos vou observar como o conceito de raça tem sido usado para criar um espaço de insegurança ontológica e de um Outro a ser rejeitado, lógica esta que pode ser observada de Brasil e Mianmar.

O artigo "O papel da branquitude na construção do Outro e do Eu nas Relações Internacionais, de Carolina Antunes Condé de Lima, argumenta que a branquitude é elemento fundamental no processo de divisão do mundo entre o Outro e o Eu nas Relações Internacionais. Ao trazer a raça à análise, a autora apresenta a possibilidade de se repensar a história que é contada das RI, de maneira que não se valha dos silêncios e apagamentos característicos da amnésia estrutural do campo.

Também lidando com uma construção de outridade, O artigo "O outro interno odiado: racismo e (in)segurança ontológica nos discursos da política externa brasileira", de Camila Amorim Jardim, argumenta que as populações negras e indígenas foram (e são) excluídas das narrativas identitárias que definem quem e para quem é o Brasil, de modo que a estabilidade da identidade do brasileiro prevê, necessariamente, a insegurança ontológica (e todas as violências que a ela acompanham) de grande parte da população que habita em seu território. Ao trazer a raça à análise, ela evidencia as contradições dos discursos da política externa brasileira que, ao reproduzir o mito da democracia racial, mascaram o encarceramento em massa e o genocídio de negros e indígenas.

Ao deslocar o olhar para fora do Brasil, o artigo “Religião, raça e nacionalismo em Mianmar: o caso das mulheres Rohingya”, de Yula Munhoz Francisco e Bibiana Poche Florio, argumenta que mulheres refugiadas Rohingya sofrem violências e são vítimas de diversos abusos por sua condição tanto em Mianmar quanto em Bangladesh. Ao trazer a raça à análise, as autoras dão exemplo de como o estudo de raça e Relações Internacionais se aplica também a contextos fora dos casos que vemos com mais frequência no Brasil, focados nos negros e indígenas.

Por fim, o artigo “Lendo a in/segurança internacional em lugares dissonantes: imaginários racializados no cotidiano na Lapa, Rio de Janeiro”, de Maria Lídia Mattos Valdívia e Brunno Victor Freitas Cunha, constrói uma analítica de in/segurança racial a partir de noções de raça como significante deslizante, de ambivalência do discurso racial e de gênero e da complexificação da manifestação da violência a partir de relações simultâneas de proximidade e distanciamento. Ao trazer a raça à análise das experiências das mulheres travestis na Lapa, eles demonstram tanto o imaginário racializado subscrito às manifestações da violência por elas sofridas quanto as ambiguidades de sentir-se in/seguro neste espaço.

Estes quatro trabalhos em alguma medida se complementam quando apresentam conceitos como branquitude, segurança ontológica, nacionalismo e violência para entender as formas como a ideia de raça é usada para excluir um outro entendido como indesejado em um determinado contexto social. Ao mesmo tempo que se mobilizam ricas discussões teóricas, as autoras também mostram como a análise do racismo pode ser usada em casos empíricos nas RI nos estudos de política externa, de história das RI e na análise de casos específicos de grupos minorizados, como as mulheres Rohingya ou as mulheres travestis do Rio de Janeiro.

O terceiro grupo de artigos reúne dois trabalhos que sugerem novos percursos epistemológicos para as Relações Internacionais a partir de um olhar para as raízes fora do mundo ocidental. O artigo “Racismo epistemológico: insurreição e inserção de saberes na hierarquia das Relações Internacionais”, de Eric Rodrigues, propõe um movimento de insurreição e inserção epistemológica através das perspectivas conceituais de Ibn Khaldun objetivando a superação da hierarquia dos saberes científico-acadêmicos fundada sob pressupostos racistas nas RI. Ao trazer o racismo epistemológico para a análise, o autor evidencia a exclusão de perspectivas não-ocidentais na construção das RI.

Já o artigo “Rotas, raízes e Relações Internacionais: (Re)aprendendo a partir da(s) diáspora(s)”, de Fernanda Fonseca, argumenta que para engajar com a diferença enquanto potência transformativa é preciso primeiro contestar para quê e para quem pesquisamos. Ao identificar um descompasso entre a atenção dada às rotas do Atlântico Negro em detrimento

da atenção dada às raízes ancestrais, a autora convida a pensar a partir desta dupla atenção a contribuição das diásporas nas formas de pensar modernidades e decolonialidades, valorizando as múltiplas epistemologias a partir de África.

Estes trabalhos reforçam a ideia de que uma Outra RI já existe: a imaginação de uma RI que seja inclusiva e que incorpore epistemologias para além daquelas ocidentais não é algo utópico ou pouco concreto, mas real e observável nestes trabalhos, que abrem uma agenda de pesquisa que pode explorar várias outras possibilidades de se pensar as RI de uma maneira pluriversal.

Com o auxílio do software de análise qualitativa MAXQDA, pudemos fazer uma busca das palavras mais usadas nos artigos que compõem este dossiê. Estes termos foram codificados, a fim de agrupar palavras que foram usadas em línguas diferentes (inglês e português) e que foram usadas com pequenas variações de número, gênero e conjugação, no caso de verbos. A partir desta análise, foi possível gerar a nuvem de palavras a seguir:

Figura 1: Nuvem de códigos dos artigos do dossiê "Racismos e antirracismos nas/para as Relações Internacionais"



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como podemos observar, termos tradicionais das Relações Internacionais estão presentes, como identidade, estado, segurança e desenvolvimento. A leitura dos artigos mostrará

como um olhar atento a questões raciais consegue manter um diálogo com temas tradicionais nas RI, mas com novas formas de se estudar os fenômenos internacionais. Como alguns dos textos evidenciam, é perfeitamente possível olhar para elementos antes tratados como não-internacionais, como a rotina de uma travesti na Lapa ou a prática da likelemba entre mulheres congolesas, uma vez que estas práticas permitem entender as repercussões da construção de uma ordem internacional que promoveu mudanças de hábitos, criou dinâmicas de marginalização e provocou novas formas de resistência.

Estes olhares atentos nos permitem perceber que tem internacional em todos nós e em todas as nossas práticas. Algumas são tradicionalmente conhecidas pelo cânone da disciplina, mas outras não. O racismo é uma prática que foi considerada objeto de estudo nas RI mas posteriormente foi abandonada como se fosse um fenômeno doméstico (SHILLIAM, 2023). Como será perceptível nesta edição, deve-se tomar cuidado em tomar tudo que o cânone diz de forma acrítica, pois foi este cânone que aceitou silenciamentos que produziram danos, violências e marginalizações de diversos sujeitos ao longo da história (BHAMBRA et al, 2023). Neste sentido, vale retomar a ideia de que falar de questões raciais é falar de questões de poder. Um cânone que se constituiu ao longo do século XX ignorando as relações de poder que foram dadas a partir da raça corre um risco grave em termos metodológicos de ter justamente a ideia de raça como variável omissa em seus modelos explicativos das relações de poder internacionais.

Esta crítica à amnésia estrutural que constitui as RI não busca algo como explodir o cânone, mas busca explorar suas limitações (como fez Sabaratnam, 2020) e diversificá-lo. Ao mesmo tempo, parece importante superar a crítica às epistemes em relações internacionais e seguir em direção a novas dinâmicas de pesquisa. Autoras e autores ligados ao pluralismo ontológico e à virada relacional em RI (como podemos ver em Blaney e Tickner, 2017) possuem amplo potencial para estudos sobre raça e processos de racialização; temáticas que demandam considerações sobre interseccionalidades permanecem pouco teorizadas e pouco pesquisadas em Relações Internacionais, mas podem contar com contribuições como aquelas vindas dos estudos críticos da branquitude (SILVA, 2023); agendas que superam temas e métodos hegemônicos (frutos das práticas científicas consagradas a partir da branquitude, como nos lembram Thakur, Davis e Vale, 2017) e procuram dimensionar o internacional a partir do cotidiano, dos afetos e das expressões artísticas, ainda aguardam por mais olhos e olhares atentos no campo.

A arte da capa da nossa edição especial tem como título **antropofagia** e é de autoria da artista Lorena Policarpo Mourão de Oliveira. Ela é bacharela e mestranda em Relações Internacionais pela PUC Minas e explora na sua pesquisa uma criativa forma de conectar o trabalho

acadêmico como o artístico, buscando promover reflexões a partir do feminismo negro sobre as Relações Internacionais. Ela expôs um par de colagens sobre representações de si mesma enquanto mulher negra brasileira no Encontro Nacional da ABRI de 2023 em Belo Horizonte e aceitou participar desta edição especial produzindo a capa que abre a edição. Na arte, ela traz como referência o quadro *Saturno devorando a un hijo* de Francisco de Goya (1819-1823).

Junto com a arte da capa, ela elaborou também o seguinte poema a partir da leitura dos artigos que compõem esta edição especial:

oráculo

o fogo que nos foi prometido nos foi roubado.
tomado de nossas mãos
e usado pelos senhores brancos para eternizar em nossas peles
seus nefastos legados de terror.

o que esquecem é que a dita civilização foi forjada por corpos negros.
corpos estes que se rebelaram contra a incivilidade
dos ditos profetas do conhecimento e do pudor
que lograram a história de selvageria e servidão

o ouro fundido misturado com sangue
dos minas, nas minas, por minas
nos santos ocos foi velado,
sepultando as mentiras jamais reveladas.

mas amanhã não mais.

as correntes do titã,
as mesmas que aprisionaram nossos ancestrais,
já encontram seu crepúsculo.

e a ave de cabeça branca que devora suas carnes,
a cada alvorecer,
está rodeada de abutres vorazes que também almejam sua presa.

então não se aflija.
hoje, a razão catártica nos promete
que o fogo do conhecimento iluminará a história.

amanhã, o cadáver pútrido que regia o mundo será devorado.
a maldição finalmente quebrada.
o icor de suas artérias não será mais veneno fatal,
pois a verdade não morre. ela ressurge.

o caminho do futuro será guiado pelas chamas dos nossos corações,
mesmo calejados pelos açoites não perdem a alma,
e nem as águas do atlântico negro serão capazes de extingui-las.

(Lorena Policarpo Mourão de Oliveira, 2024)

Aproveitamos a ocasião para agradecer aos autores que partilharam conosco suas contribuições, aos pareceristas que despenderam de forma voluntária uma parte de seu tempo para avaliar as submissões e à equipe editorial da Monções por todo suporte, paciência e orientação durante este processo de produção do dossiê.

Esperamos que a leitura deste dossiê possa inspirar a cada um que lê na sua busca por aprofundar o próprio entendimento sobre questões de racismo e antirracismos nas e para as RI, assim como possa também inspirar uma práxis cada vez mais engajada por uma luta por um mundo sem racismo, sexismo e qualquer outro tipo de discriminação. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila Santos. A construção do Estado na África Independente e sua inserção no Sistema Internacional: uma introdução. **Conjuntura internacional**, v. 16, n. 2, p. 33, 2019.

ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, et SHILLIAM, Robbie. **Race and racism in international relations**. London: Taylor & Francis, 2014.

BHAMBRA et al. Why is mainstream international relations blind to racism? **Foreign Policy**, July 3, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/. Acesso em: 24 nov. 2023.

BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, v. 11, n. 1, p. 144–162, 2016.

BLANEY, David L.; TICKNER, Arlene, B. Worlding, Ontological Politics and the Possibility of a Decolonial IR. **Millennium**: Journal of International Studies, p. 1-19, 2017.

BORGES, Gustavo Silveira; DIALLO, Alfa Oumar. A filosofia africana do Ubuntu e os direitos humanos. **Inter: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ**, v. 3, n. 2, 2020.

DIALLO, Mamadou Alpha. Geopolítica, integração e política externa brasileira a partir de uma perspectiva antirracista. **Nueva Sociedad**, n. 2021, p. 160-176, ago-set 2021.

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk:** Essays and Sketches. Chicago: A. C. McClurg & Co., 1903.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. A utopia pós-racial nos Estados Unidos: reestruturação do racismo e a ascensão de Barack Obama na era do colorblindness. **Revista de História da UEG**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2017.

GANI, Jasmine K.; MARSHALL, Jenna. The impact of colonialism on policy and knowledge production in International Relations. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 5-22, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HENDERSON, Errol A. Hidden in Plain Sight: Racism in International Relations Theory. **Cambridge Review of International Affairs,** v. 26, n. 1, p. 71-92, 2013.

JACKSON, Patrick Thaddeus. **The Conduct of Inquiry in International Relations***:* Philosophy of Science and its Implications for the Study of World Politics*.* London: Routledge, 2016.

JESUS, Blenda Santos de. Espaço social e simbólico do negro na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais no século XXI. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 397–423, 2019.

LIMA, Joelton Carneiro de. Quilombismo escolaridade e força – a oralidade como forma de resistência ancestral. **Diálogos e Diversidade**, v. 2, e14071, p. 1-9, 2022.

LOPES, Rafael Bittencourt Rodrigues; LOPES, Valéria Oliveira. Uma outra RI já existe: explorando as ausências e emergências a partir do Sul Global. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 11, n. 21, p. 64-93, 2022.

LOPES, Rafael Bittencourt Rodrigues. Para além do desenvolvimento ocidental: desenvolvimento na Tanzânia a partir do Ujamaa. In: BIZAWY, Sébastien; MATOS, Pedro A. (Org.). **A Transversalidade dos Direitos das Minorias e o Diálogo Intercultural Brasil-África**. 1ed.Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2018.

MALOMALO, Bas'Ilele. **A filosofia do NTU**: Direitos e Deveres no Despertar da Consciência Biocósmica. PoloAfricanidades, 2024.

MATOS, Pedro Andrade; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. África imaginada na geopolítica global: perigos e armadilhas. **Caderno de Geografia**, v. 32, n. 71, p. 1247-1268, 2022.

MENEZES, Clarice Ferreira; LIMA, Deborah Rebello; BOY, Leonardo de Souza. The Diaspora of Bahia and Afro-Brazilian Culture in Contemporary France. In: BRAVO, V.; DE MOYA, M. (orgs). **Latin American Diasporas in Public Diplomacy**. Palgrave Macmillan Series in Global Public Diplomacy, 2021.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ Projetos globais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Cornell University Press, 1997.

MONTE, Deborah Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. "Terrivelmente cristã": A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro. **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 32, p. 1-16, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 366-396, 2019.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de; SANTOS, Alisson Gomes dos; SANTOS, Edmilson Santos dos. **Relatório de pesquisa baseado em evidências**: A implementação da lei nº 12.990/2014: um cenário devastador de fraudes [recurso eletrônico]. Petrolina: UNIVASF, 2024.

OTAVIO, Anselmo; AXELROD, Ivana Zelmanovitz. O genocídio de Ruanda e suas consequências na arquitetura de paz e segurança africana (1994-2020). **Brazilian Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 336–356, 2022.

RABAKA, Reiland (Org). **Routledge Handbook of Pan-Africanism**. London: Routledge, 2020.

SABARATNAM, Meera. Is IR theory white? Racialised subject-positioning in three canonical texts. **Millennium**, v. 49, n. 1, p. 3-31, 2020.

SANTOS FILHO, Onofre dos. Ultra Aequinoxialem Non Peccari: anarquia, estado de natureza e a construção da ordem político-espacial. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 486–518, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Somos da terra**. Piseagrama, n. 12, p. 44 – 51, 2018.

SANTOS, Renato Xavier dos. **Raça e Relações Internacionais**: anarquia branca, hierarquia negra. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, 2023.

SHILLIAM, Robbie. **The Black Pacific**: Anti-colonial struggles and oceanic connections. Bloomsbury Academic, 2015.

SHILLIAM, Robbie. When Did Racism Become Solely a Domestic Issue? **Foreign Policy**, June 23, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/06/23/racism-ir-international-relations--domestic/ Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa,** v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.

SILVA, Karine de Souza. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. **Sequência (Florianópolis)**, v. 44, n. 93, 2023.

SILVA, Cláudia Guedes Araújo; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **A mudança do perfil estudantil nas Instituições Federais de Educação Superior**: uma análise a partir da Lei 12.711/2012. São Paulo: SoU_Ciências; Unifesp, 2024.

THAKUR, Vineet, DAVIS, Alexander E., et VALE, Peter. Imperial mission, 'scientific'method: an alternative account of the origins of IR. **Millennium**, v. 46, n. 1, p. 3-23, 2017.

THOMPSON, Debra. Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 26, n. 1, p. 133-151, 2013.

VARGAS, Mojana; CASTRO, Aline Contti. O ensino e a pesquisa em relações internacionais no Brasil–sentidos e desafios da decolonialidade. **OASIS: Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales,** n. 32, p. 125-150, 2020.

VITALIS, Robert. **White world order, Black power politics**: The birth of American international relations. Cornell University Press, 2018.

ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. Why race matters in international relations. **Foreign Policy**, June 19, 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/. Acesso em: 26 nov. 2023.